



In Memoriam António Borges Coelho¹

In Memoriam António Borges Coelho

Hermenegildo Fernandes

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de História
1600-214 Lisboa, Portugal

hermenegildo.f@fl.ul.pt

<https://orcid.org/0000-0003-0760-2429>

Data recepção do artigo / Received for publication: 12 de dezembro de 2025

DOI: <https://doi.org/10.34619/wh2s-5n9a>

¹ A maior parte deste texto, inédito até este momento, foi lido em 26 de Novembro de 2018 aquando da atribuição do Prémio Universidade de Lisboa a António Borges Coelho, no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa, perante o Reitor, António Cruz Serra, a Presidente do Conselho Geral, Leonor Beza, o Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, Paulo Macedo e um público demonstrativo, em número e qualidade, dos laços que o seu destinatário tecera durante uma vida de nove décadas invulgarmente preenchidas. Escrevi-o na altura tanto para a audiência como para ele. Guardo para mim a reacção do destinatário. Mas é precisamente ela que me decide a manter aqui o essencial do texto com ligeiras adaptações impostas pelas circunstâncias de hoje (e algumas adições retiradas do texto, necessariamente mais breve, que li no enterro).



Morreu no passado dia 17 de Outubro (2025) António Borges Coelho, Professor Catedrático Jubilado do Departamento de História da Faculdade de Letras. Tinha 97 anos (1928-2025) e manteve até ao fim a inteligência lúcida e humana que sempre o caracterizou. Foi quase tudo na vida, poeta, jornalista, resistente à ditadura, preso político no Aljube e em Peniche, estudante de História na FLUL, assistente depois do 25 de Abril.

No pórtico à edição do “Portugal na Espanha Árabe”, de 1972, colocou António Borges Coelho uma epígrafe que bem poderia servir de síntese ao ponto de vista que percorre a totalidade da sua obra:

“Escrevi isto como recordação permanente do meu sofrimento. A minha mão perecerá um dia, mas a grandeza ficará.”

As palavras são de um mestre alarife que tinha o árabe como língua materna, não sabemos se cristão moçárabe se muçulmano, e que trabalhou na construção da sé de Coimbra, na segunda metade do século XII. Deste pedreiro anónimo não sabemos mais nada. É a ele, como a muitos outros esquecidos, que António Borges Coelho dedica uma parte fundamental dos seus trabalhos.

Historiador de vocação demiúrgica, soube utilizar a expressão poética, que atravessa quer os seus textos quer a intervenção oral, porventura tão marcante quanto estes, como forma de convocar as sombras do passado, trazendo-as à compreensão do presente.

A reconstrução, que satisfaz uma necessidade de memória vista como orgânica e imanente à condição humana, tem ao mesmo tempo valor cívico, porque faz parte de uma visão integrada do mundo em que a acção é inseparável do pensamento.

Daí toda a singularidade do percurso de António Borges Coelho.

Resistente à ditadura do Estado Novo, nunca perdeu uma certa marginalidade do questionário, mesmo quando no interior de um percurso académico que acabaria por o levar a Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de

Lisboa. Foi aliás, da geração de resistentes entrada nesse período, com José Tengarrinha, o único que chegou a atingir a cátedra, o que diz muito sobre a sua determinação e solidez académica: era um Professor de referência num mundo académico convulso. Sensível ao apelo da Filosofia escolheu a História porque ela lhe devolvia e explicava a humanidade que trazia dentro de si.

Educado num seminário franciscano, manteve sempre um olhar historiográfico privilegiado sobre os fracos e derrotados da História, contraponto necessário a uma actividade política que se estendeu por várias décadas e lhe valeu um cativeiro de sete anos que suportou sem com isso perder a humanidade que é um dos traços mais marcantes do seu carácter.

Vítima da PIDE, procurou na longa duração outros sistemas repressivos, a esta preocupação indubitavelmente se devendo os estudos sobre a Inquisição. Valerá a pena reler essas páginas no que contêm de reflexão vivida sobre os mecanismos institucionais de coerção.

Procurou sobretudo compreender, e sair de baias estreitas que a historiografia nacionalista tinha acentuado desde o Integralismo, traçando um caminho que, inicialmente marginal à academia, acabaria por se integrar nela marcando-a profundamente.

Estas opções condicionaram de forma evidente a originalidade de um posicionamento historiográfico:

- marxista por formação intelectual e por convicção, nunca se deixou prender pelas facilidades de leituras literais, preferindo fazer uma História rica em actores tanto quanto em “constantes e linhas de força”. Uma História em que as fontes e, através delas, os seus protagonistas, andam sempre próximos tanto do sistema interpretativo como do olhar do leitor.

- num momento em que o estruturalismo e a escola dos *Annales* faziam a sua aparição em Portugal, foi capaz sempre de manter uma forte individualidade, que o fez, por exemplo, discordar de Vitorino Magalhães Godinho sobre a periodização da História portuguesa, preferindo à deste a de Alexandre Herculano, referência permanente na sua obra. Facto, aliás, que não poderá

deixar de ser interpretado como sinal de uma espessa resistência às modas historiográficas que é responsável, creio, pela integridade e veracidade da sua obra.

- tendo começado por ser medievalista, como Herculano, ele próprio incapaz de se deixar aprisionar num único género e numa única cronologia, António Borges Coelho percorreu toda o arco da História portuguesa, com particular relevância para a Idade Média e para o período moderno e a história da Expansão. Em alguns tópicos deixou marcas indeléveis, já evidentes nas obras de juventude, *Raízes da Expansão Portuguesa* e *A Revolução de 1383-1385*.

Um tema há, no entanto, que me parece necessitar relevo especial.

Falo da abertura à História do Islão na Península Ibérica e, em particular, no extremo ocidental que haveria de corresponder ao reino português, trazida por uma das suas obras pioneiras, *Portugal na Espanha Árabe*. Abertura que foi em larga medida responsável por uma reinterpretação da identidade portuguesa em que se equaciona o papel do sedimento árabe e berbere e dos processos de orientalização. O *Portugal na Espanha Árabe* foi, aliás, para a comunidade académica portuguesa um atravessamento do espelho que há décadas, depois de tentativas feitas em Oitocentos, lhe devolvia a mesma imagem. Sem ele nem o Campo Arqueológico de Mértola (CAM) nem o que se seguiu na História e na Arqueologia teria sido exactamente a mesma coisa.

Mais do que um *corpus* de fontes sobre o Gharb al-Andalus, o único que chegou alguma vez a ser compilado, depois das tentativas inconclusas de David Lopes e Martim Velho, feitas directamente do árabe, trata-se de uma leitura individual de um processo histórico longo de 700 anos, leitura dada através do critério de selecção das fontes, capazes de restituir uma narrativa una, através da multiplicidade das vozes que escutamos. Essa mesma metodologia nos explica o autor, no Prefácio datado de 1971:

“[...] acaso não será grato ao nosso coração, ao menos por amor a estas pedras que pisamos, fazer ouvir a voz dos mortos que nos precederam neste chão ou

que o foram chorar, por triste vocação antiga, nas terras sáfaras do exílio?” [do prefácio de 1971 à primeira edição de *Portugal na Espanha Árabe*].

É, nesse sentido, o principal inspirador da experiência cultural e cívica de recuperação da memória representada pelo Campo Arqueológico de Mértola. Foi ele, juntamente com Cláudio Torres e José Luís de Matos, que iniciou o Campo, quando ele ainda não o era.

E os primeiros trabalhos frutificaram à sombra do seu questionário sobre o papel das cidades e do comércio, sobre as comunidades de fronteira e a sua particular cultura feita de intersecções e sobreposições, que ele tão judiciosamente soubera decifrar numa importante obra injustamente esquecida, *Comunas ou Concelhos*.

De resto o pensamento de António Borges Coelho contém já em potência, durante os anos 60 e 70, tudo o que viria a ser o CAM:

- a atenção aos pequenos e aos minoritários e perseguidos;
- o alargamento do questionário histórico ao estudo de um al-Andalus que entende como parte fundamental da formação da identidade portuguesa;
- um modelo oficial que dá especial relevância aos estudos de caso e à componente material do processo histórico.

Para tudo isto, Mértola foi o caldo de cultura ideal. Aí, a paixão pela Idade Média e a História pôde encontrar-se com uma política feita de proximidade às populações.

Metodologia similar usou nos trabalhos sobre os séculos XVI e XVII: homens concretos, como João de Barros, o “tudo é mercadoria” das suas vidas compreendido como experiência total, para a qual eles, os homens, são janela aberta; instituições identificadas na sua carnalidade, tal a Inquisição de Évora, verdadeiro repositório de casos de vida que atravessam o Alentejo moderno.

Deste método, a *História de Portugal* é a manifestação última, culminar de um livro que o seu autor escreveu durante toda a vida, desde as leituras e primeiros escritos históricos na cela da prisão, ao exercício de reclusão voluntária nessa outra cela que foi o seu quarto/gabinete na Parede. À maneira de Montaigne. Ou desse outro

recluso que foi Alberto Sampaio, mesmo que, neste último caso, a obra se contraponha à de António Borges Coelho, pela opção por “uma história sem personagens”. Tinha-me anunciado, ao jubilar-se, que se iria lançar num empreendimento de vulto: escrever uma interpretação pessoal da História de Portugal. Cumpriu o voto, com uma disciplina de marxista conventual que estava nos seus hábitos e natureza e que a sua longa, cheia e proveitosa vida consentiu.

Os sete volumes já publicados constituem um exercício único, entre os historiadores portugueses activos nas últimas décadas, de interpretação por um só autor da história portuguesa no seu conjunto. Será, porventura, o último. São, ainda, uma demonstração de mestria no domínio do método: poder evocador da escrita, reconstrução a partir de bases micro, proximidade entre as fontes e o texto, protagonismo dos indivíduos mais do que a consideração de forças abstractas. Os problemas insinuam-se por detrás e vêm a ser esclarecidos através da operação evocadora.

Esse mesmo poder evocador fica na memória de todos os que o ouviram. Dele lembram os seus alunos a humanidade histórica que cativou gerações e de que a sua última lição, no mítico Anfiteatro I da FLUL, palco ele próprio de tanta história académica, foi um claro testemunho.

Perante um anfiteatro que nos seus mais de trezentos lugares com dificuldade continha a afluência de público, António Borges Coelho recriou uma Lisboa de Quinhentos onde para além da solidez dos dados, os cheiros, as cores, o movimento, transportavam pela palavra a assistência para uma outra sincronia, como tantas vezes o fizera na sala de aula.

Justificava, assim, ter sido o último professor por quem os estudantes pernoitaram à porta da FLUL para garantir o privilégio de assistir à capacidade reminiscente das suas aulas. Por isso talvez, nunca o imenso respeito que despertava, foi feito de temor, mas de empatia e humanidade poética.

O fio condutor de tudo isto, mantido com rigor e disciplina monásticos durante mais de sessenta anos, é a atenção aos homens mais do que às estruturas e às instituições, à carne mais do que à ossatura da História.

A imensa singularidade da sua obra e a razão maior do seu grande impacto estão aí, nessa rara capacidade de combinar a coragem em tempos difíceis, a cidadania, a inteligência e a humanidade, sempre, assim como a vontade extraordinária de o fazer durante muito tempo. Nunca se deixou amargurar pelo sofrimento das décadas de luta política. Nunca se deixou domesticar nem pela PIDE nem pelo ressentimento. Nesse sentido havia muito nele de franciscanismo militante e de amor pelo humano. Foi um intelectual na acepção certa: uma inteligência generosa devotada ao ofício de pensar historicamente o mundo como forma de com ele comunicar e nele intervir.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FERNANDES, Hermenegildo – “*In Memoriam* António Borges Coelho”. *Medievalista* 39 (Janeiro-Junho 2026), pp. 15-21. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).